

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	DOCENTE
Palestra de Abertura: A luta contra a corrupção e as eleições de 2018	2 horas	Procurador da República Deltan Dallagnol
Seminário sobre Crime Organizado e Corrupção no Brasil e no Mundo	8 horas	Marcos Alaor Diniz Grangeia
Sociedade, Corrupção e Organização Criminosa	20 horas	José Laurindo de Souza Netto
Encarceramento, facções prisionais e violência: os desafios do Sistema de Justiça Criminal	20 horas	Camila Caldeira Nunes Dias
Direito Penal Contemporâneo e o Crime Organizado	20 horas	Arlen José Silva de Souza
Das Provas nas ações de Orcrim e outras questões processuais	20 horas	Márcio Adriano Anselmo
Cibercrime	20 horas	Walter Aranha Capanema
Direito Penal Econômico	20 horas	Thiago Botino do Amaral
Lavagem de Dinheiro e Cooperação Jurídica Nacional e Internacional - transformando teoria em prática I e II	40 horas	Milton Fornazari Júnior
Colaboração Premiada I	20 horas	Alexandre Morais da Rosa
Metodologia da Pesquisa – EAD	20 horas	Elaine Piacentini Bettanin
Facções Criminosas e o Dilema do Encarceramento no Brasil (controle prisional)	20 horas	Sérgio William Domingues Teixeira
Governança no Setor Público e Controles Internos	20 horas	Francisco Junior Ferreira da Silva
Atividade de Inteligência - Módulo I e Módulo II	40 horas	Márcio Batista Marinot
Contabilidade Forense	20 horas	Omar Pires Dias
Colaboração Premiada II Abordagens Práticas	20 horas	Milton Fornazari Júnior
Avanços na possibilidade de investigação nos casos de organização criminosa - Transformando teoria em prática I e II	40 horas	Márcio Adriano Anselmo
Seminário Direito Comparado	10 horas	Marcos Alaor Diniz Grangeia
Orientação e Monografia	40 horas	Professores orientadores
Seminário de Apresentação dos Projetos de Pesquisa Relativos ao Trabalho de Conclusão de Curso		Banca de professores orientadores.

\*Atendendo dispositivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

#### INDICADORES

Total de Disciplinas: 17  
Módulo Quinzenal: encontros  
Dias Letivos: 40 dias  
Módulo Aula: 60 minutos

Inscrições: Indicação pelas Instituições parceiras.  
Período de matrícula: De 13 a 21 de agosto de 2018  
Início das aulas: 21 de agosto de 2018  
Encerramento do curso: 7 de março de 2020  
Oficina Pedagógica: janeiro e fevereiro de 2019

### HORÁRIO DAS AULAS

MATUTINO		VESPERTINO		NOTURNO	
1ª aula	8h às 9h	1ª aula	8h às 9h	1ª aula	8h às 9h
2ª aula	8h às 10h	2ª aula	8h às 10h	2ª aula	8h às 10h
Intervalo	10h às 10h10	Intervalo	10h às 10h10	Intervalo	10h às 10h10
3ª aula	10h10h às 11h10	3ª aula	10h10h às 11h10	3ª aula	10h10h às 11h10
4ª aula	1010h às 11h10	4ª aula	1010h às 11h10	4ª aula	1010h às 11h10

#### Observações:

Módulo aula: 60 minutos  
As aulas são ministradas em finais de semana, sexta-feira e sábado, conforme calendário.

# Ementas e Bibliografia

## 1 Crime Organizado e Corrupção no Brasil e no Mundo

Criminalidade Organizada x Organizações Criminosas. O crime organizado no contexto da globalização. Organizações criminosas contemporâneas. Definição e conceituação de organizações criminosas. Crime Organizado no direito comparado. Características do crime organizado. Lei 12.850/13. Peculiaridades no processamento dos crimes de Organização Criminosa: as propriedades do rito. Modalidades de Crime organizado e formas de organizações criminosas. Modelos de repressão ao crime organizado. Provas. Novos atores: o agente infiltrado. Uso da colaboração premiada. Limites e abusos na investigação. Crime organizado e crimes ambientais. Crime organizado e crimes econômicos.

### Bibliografia

- SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- CARVALHO, Salo de. Manual de Criminologia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- CARVALHO, Salo de. A Política Criminal de Drogas no Brasil (Estudo Criminológico e Dogmático). 4. ed. ampl. e atual. e com comentários à Lei 11.343/06. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
- SEQUEIRA, Carlos Antônio Guimarães de. Crimine organizado: aspectos nacionais e internacionais. Revista Brasileira de Ciências Criminais, n.º 16, 1996, p.281.
- SALLA, Fernando. Considerações sociológicas sobre o crime organizado no Brasil. Revista Brasileira de ciências criminais, n.º 71, 2008. p.366.
- GOMES, L. F. Crime organizado: enfoques criminológicos, jurídico (Lei 9.034/95) e político criminal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.
- CUNHA, R. S.; PINTO, R. B. Crime Organizado, comentários à nova lei sobre o crime organizado, Lei n.º 12.850/13. 2ª ed. Salvador: Editora Jus Podivm, 2014.

## 2 Sociedade, Corrupção e Organização Criminosa

Formação da sociedade e sociedade capitalista. O fenômeno da corrupção (origem, causas, efeitos, relação com a democracia, direitos humanos e legitimidade política). Conceito analítico e sintético de corrupção. Análise histórica e crítica do regime transnacional anticorrupção e do sistema brasileiro anticorrupção. Cooperação nacional. Interligação com Receita Federal. Auditorias e Controles. Força Tarefa. Cooperação internacional - fundamentos e mecanismos. Políticas de combate à corrupção. Tendências e modelos internacionais.

### Bibliografia

- FILGUEIRAS, Fernando de Barros. Notas críticas sobre o conceito de corrupção: um debate com juristas, sociólogos e economistas. Revista de informação legislativa. Brasília a. 41. n.164.
- BRASIL. Convenção Interamericana contra a Corrupção. Presidência, Controladoria-Geral da União. Brasília: CGU, 2007
- OLIVEIRA, Vitor Eduardo Tavares de; OLIVEIRA, Ana Carolina Borges de. Internacionalização do direito e o combate à corrupção. Revista Jurídica Virtual. v.9. Presidência da República, 2007.
- RAMINA, Larissa L. O. Ação internacional contra a corrupção. Curitiba: Juruá, 2002.
- MARTÍNEZ, Augusto Duran. Corrupción: mecanismos sociales y jurídicos para su control. In: A&CR de Dir. Administrativo e Constitucional. ano 6, n. 24. Belo Horizonte, abr./jun. 2006.

## 3 Encarceramento, Facções Prisionais e Violência: Os Desafios do Sistema de Justiça Criminal

Contexto institucional e político do aparecimento do CV e do PCC. O processo histórico da expansão do PCC em três fases. As transformações nas prisões a partir da hegemonia do PCC. Estrutura organizacional, dinâmicas de funcionamento e o deslocamento do homicídio. A hegemonia do PCC em São Paulo e as amplas transformações nas dinâmicas nas prisões paulistas. A prisão como locus de organização do crime. A consolidação das facções prisionais no Brasil e os efeitos sobre a segurança pública. Nacionalização do PCC e do CV. Competição pelo controle da população carcerária e conflito no mercado de drogas. Surgimento de facções pelo Brasil afora e a eclosão da violência. Os desafios da política pública e do sistema de justiça criminal frente às facções prisionais.

### Bibliografia

- ALVAREZ, Marcos; SALLA, Fernando; DIAS, Camila N. "Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital-PCC". Tempo Social 25(1):61-82, 2013
- COELHO, Edmundo C. Oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Recordo, 2005 [1987]).
- DIAS, Camila C. N. Encarceramento, seletividade e opressão: a "crise carcerária" como projeto político. Análise n°28/2017. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil. 2017.
- DIAS, Camila C. N. PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência. São Paulo, Ed. Saraiva, 2013.
- SINHORETTO, Jacqueline et al. Desigualdade Racial e Segurança Pública. Letalidade Policial e Prisões em Flagrante. São Paulo: UFScar, 2014.

## 4 Direito Penal Contemporâneo e o Crime Organizado

Direito penal Contemporâneo. Modelos de Direito Penal. Direito Penal do Cidadão e do Inimigo. Crime Organizado Transnacional e no Brasil. O Juízo na aplicação do Direito Penal nos casos de crime Organizado.

### Bibliografia

FERRAJOLI, Luigi. Direito e Razão: teoria do garantismo penal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

GODOY, Luiz Roberto Ungaretti. O crime organizado e seu tratamento jurídico penal. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

JAKOBS, Günther. MELIÁ, Cancio M. Direito Penal do Inimigo: noções e críticas. Org.e Trad. André Luís Callegari e Nereu José Giacomolli. 2. Ed. Porto Alegre. Livraria do Advogado. 2007.

MASSON, Cleber. MARÇAL, Vinícius. Crime organizado. São Paulo. Forense. 2015.

ROXIN, Claus. Estudos de direito penal. Trad. Luís Greco— Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

#### Bibliografia Complementar

MISSE, M. 1997. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio de Janeiro. Contemporaneidade e Educação, v. 2, n. 1, p. 93-116. Disponível em: [http://www.fflch.usp.br/ds/veratelles/textos\\_disciplinas/2011/misse.ligacoes\\_perigosas.pdf](http://www.fflch.usp.br/ds/veratelles/textos_disciplinas/2011/misse.ligacoes_perigosas.pdf). Acesso em: 14.set.2011.

\_\_\_\_\_. 2007. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. Revista de Estudos Avançados, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 139-157. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a10v2161.pdf>. Acesso em: 14.set.2011.

CANO, I. 2008. Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas “milícias” no Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, C.; DIAS, R.; CARVALHO, S.; SOUZA E SILVA, J.; WILLADINO, R.; LANNES, F.; LEHER, R.; ALVES, J. C. S.; SILVA, I.; ROCHA, L. M. & CANO, I. Segurança, tráfico e milícias. Rio de Janeiro: H. Boll.

#### Bibliografia Suplementar

SOUZA, M. L. 1996. Redes e sistemas do tráfico de drogas no Rio de Janeiro: uma tentativa de modelagem. Anuário do Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, v. 19, p. 45-60. Disponível em: [http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario\\_1996/vol19\\_45\\_60.pdf](http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1996/vol19_45_60.pdf). Acesso em: 14.set.2011.

ZALUAR, A. 1995. Condomínio do Diabo. Rio de Janeiro: UFRJ.

\_\_\_\_\_. 2004. Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

## 5 Das Provas nas ações de Orccrim e outras questões processuais

Da (in)capacidade postulatória dos Delegados de Polícia. Da participação do Juiz na primeira fase da persecução penal. Dos meios especiais de obtenção de prova. A colaboração premiada. A captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos. Da Ação Controlada. Do Acesso a dados cadastrais. Acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas. Interceptação de comunicação telefônica e telemática. Afastamento dos sigilos financeiros, bancário e fiscal. Ação Controlada e Infiltração de Agente. Estudo de Casos.

### Bibliografia

BUZAID, A. Estudos e Pareceres de Direito Processual Civil. São Paulo: RT, 2002. CÂMARA, A. F. Lições de direito processual civil. Vol. I - 24 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CINTRA, A. C. A., GRINOVER, A. P., DINAMARCO, C. R. Teoria Geral do Processo. 26ª ed. São Paulo: Ed. Malheiros, 2010. 2. DIDIÉR JR., F. Pressupostos processuais e condições da ação: o juízo de admissibilidade do processo. São Paulo: Saraiva, 2005.

SILVA, José Geraldo da, LAVORENTI, Wilson & GENOFRE, Fabiano. Leis Penais Especiais Anotadas. Campinas: Millennium, 8ª Edição, 2ª Tiragem, 2006.

## 6 Cibercrime

Funcionamento da Internet e Conceitos Tecnológicos: Números IP. Nomes de domínio. Servidores. Classificação. Cookies. Proxies. Cloud computing. Registros (logs). Peer to peer (P2P). Deep Web. Conceitos tecnológicos no Marco Civil. Moedas digitais: conceito, funcionamento e lavagem de dinheiro. Introdução ao Cibercrime: conceito, classificação. Tipificação de condutas. Autoria. Materialidade. Local do Crime. Convenção de Budapeste. Características e mitos dos crimes eletrônicos. Cibercrimes em Espécie: Inserção de dados falsos em sistemas de informação. Modificação ou alteração não autorizada em sistemas de informações. Falsa identidade. Divulgação de segredo. Pirataria (de dados e de software). Fraudes bancárias (phishing scam). Pornografia infantil. “Lei Carolina Dieckmann” e “Lei Azeredo”. Ciberterrorismo. Investigação e Provas em Ambiente Digital: procedimentos. Investigação em e-mails. Investigação em ambientes abertos. Aplicativos de conversa (Whatsapp e Telegram): aplicação e bloqueio. Investigação em ambientes abertos (Open Source Intelligence – OSINT). Investigação em redes sociais. Perícia forense computacional: procedimentos e técnicas. Dados e metadados.

## Bibliografia

ROSA, F. Crimes de Informática. 1. ed. Campinas: Bookseller, 2002.

VIRILIO, P. Cibermundo: A Política do Pior. 1. ed. São Paulo: Teorema, 2000.

BRASIL (2007). Crimes cibernéticos: manual prático de investigação. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2th editor. ISSN 8560062041.

GOYANES, M. (2007). Cibercrimes e as leis no ambiente virtual. Custo Brasil Soluções para o Desenvolvimento

FURLANETO NETO, M.; GUIMARÃES, Crimes na Internet: elementos para uma reflexão sobre a ética informacional. Revista CEJ, América do Norte, 720 03 2003.

## 7 Direito Penal Econômico

Direito penal da atividade financeira. A pessoa jurídica como sujeito ativo do crime: teorias acerca da capacidade de ação e culpabilidade da pessoa jurídica. Imputação simultânea da pessoa jurídica e física. Crimes econômicos: consequências jurídicas. Condicionamento da responsabilização da pessoa jurídica. A responsabilização da pessoa jurídica no direito comparado: Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra. O paradigma da responsabilidade penal da pessoa jurídica. Conceitos sobre Lavagem de capitais e Branqueamento de Capitais. Legislação Federal; Regulamentações do BC, CVM, Supep e COAF. Sanções legais. Aplicação prática nas ações de PLD (Prevenção à Lavagem de Dinheiro) e CFT (Combate ao Financiamento do Terrorismo). Comunicação de Operações em Espécie (COE) e Comunicação de Operações Suspeitas (COS). Tutela penal do consumidor. Tutela penal da concorrência. Tutela penal do mercado de valores imobiliários. Sigilo bancário. Responsabilização da pessoa jurídica no projeto de novo Código Penal. Compliance e a autorregulação penal.

## Bibliografia

PIMENTEL, Manoel Pedro. Direito Penal Econômico. 1ª Ed. RT. São Paulo. 1973.

FRONTINI, Paulo Salvador. Crime Econômico por meio da empresa. Relevância da Omissão causal. Revista de Direito Mercantil, vol. 5, ano XI.

CALLEGARI, André Luís. Direito penal econômico e lavagem de dinheiro: aspectos criminológicos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

ANDRADE, Manoel da Costa; COSTA, José Faria. Sobre a concepção e os Princípios do Colóquio Preparatório da AIDP. in Temas de Direito Penal Econômico. Org: Roberto Podval. 1ª Ed. RT. 2001.

BETTI, Francisco de Assis. Aspectos dos crimes contra o sistema financeiro no Brasil: Leis 7.492/86 e 9.613/98. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

HORTA, Raul Machado. Estudos de Direito Constitucional. 1ª Ed. Del Rey. Belo Horizonte. 1995.

SANTOS, Cláudia Cruz. O Crime de colarinho branco in Temas de Direito Penal Econômico. Org: Roberto Podval. 1ª Ed. RT. 2001.

## 8 Lavagem de Dinheiro e Cooperação Jurídica Nacional e Internacional - Transformando Teoria em Prática - Módulo I e II

Crimes antecedentes à lavagem de dinheiro, números da lavagem de dinheiro no Brasil e no mundo. Esforços internacionais. Órgãos de combate à lavagem de dinheiro. Etapas da lavagem de dinheiro. Mecanismos de lavagem de dinheiro. Estudo de casos, instituições afetadas. Onde ocorre a Lavagem de Dinheiro. Alterações da Lei n. 9613 pela Lei 12.683/2012. Lei Complementar 105 (Quebra de Sigilo Bancário). COAF e BACEN. Recuperação de Ativos. Laboratório prático sobre providências necessárias a serem adotadas no combate à lavagem de dinheiro. Instituições afetadas. Aplicações práticas nas atividades de PLD e CFT. Procedimentos técnicos e práticos para a recuperação de ativos.

## Bibliografia

BALTAZAR JUNIOR, José Paulo; MORO, Sergio Fernando. Lavagem de dinheiro – Comentários à lei pelos juízes das varas especializadas em homenagem ao Ministro Gilson Dipp. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

BONFIM, Marcia Monassi Mougnot; BONFIM, Edilson Mougnot. Lavagem de Dinheiro. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

JORDÃO, Rogério Pacheco. Crime (Quase) Perfeito: Corrupção e Lavagem de Dinheiro no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SEQUEIRA, Carlos Antônio Guimarães de. Crime organizado: aspectos nacionais e internacionais. Revista Brasileira de Ciências Criminais, n.º 16, 1996.

## 9 Colaboração Premiada – Módulo I

Visão crítica: sob a ótica da origem no sistema jurídico brasileiro, abordando, além, da sua conceituação, sua natureza jurídica e sua valoração como prova. A partir de argumentos contra e a favor. Fornecimento de informações essenciais à desarticulação de grupos de delinquência organizada ou capazes de evitar a consumação do delito ou realização de outros. Estudo de caso: transformando teoria em prática.

### Bibliografia

LIMA, Márcio Barra, A colaboração premiada como instrumento constitucionalmente legítimo de auxílio à atividade estatal de persecução criminal. In: CALABRICH, Bruno. FISCHER, Douglas. PELELLA, Eduardo. Garantismo Penal Integral: questões penais e processuais, criminalidade moderna e a aplicação do modelo garantista no Brasil. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2010.

ABUJAMRA, Rafael. Delação Premiada. In: MESSA, Ana Flávia; CARNEIRO, José Reinado Guimarães (coord.). Crime Organizado. São Paulo: Saraiva, 2012.

ENCCLA. Manual Colaboração Premiada. ENCCLA 2013. Versão de 24-09-2013. Aprovado pela Ação nº 9.

FALCONE, Giovanni; PADOVANI, Marcello. Cosa Nostra. O juiz e os "Homens de Honra". Tradução: Maria D. Leite. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1993.

## 10 Metodologia da Pesquisa

Tipos de Conhecimento. Conhecimento Científico e Pesquisa Jurídica. Métodos e Técnicas de Pesquisas Científica na área Jurídica. Etapas da pesquisa, planejamento e relatório de pesquisa. Trabalhos científicos: resenha, resumo, artigo, paper, banner. Elaboração de projeto de pesquisa. Monografia. Análise e sistematização dos dados de pesquisa científica. Elaboração de projeto de pesquisa. Adequação às regras da ABNT/EMERON.

### Bibliografia

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 3ª ed. São Paulo/SP: Atlas, 1991.

LEITE, Eduardo de Oliveira. A Monografia Jurídica. Porto Alegre, RS: Safe, 1995.

BOURDIEU, Pierre. El Ofício de científico. Barcelona: Editora Anagrama, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. NBR 6023: informação e documentação: referências elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Manual de Orientação de Monografia de Conclusão de Curso. Porto Velho, 2013.

Bibliografia Complementar:

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23ª ed. Ver. E atual. São Paulo: Cortez, 2007.

ECCO, Umberto. Como se faz uma Tese. 13ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 2007.

SCHLITTLER, José Maria Martins. Como Fazer Monografias. Campinas, SP: Servanda Editora, 2008.

Bibliografia Suplementar:

BARRAL, Welber Oliveira. Metodologia da Pesquisa Jurídica. 3ª ed. rev. atual. e amp. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

BRAVO, Sierra Restituto. Técnicas de Investigación Social: Teoría e Ejercicios. Madrid: Editora Paraninfo, 1994.

DEMO, Pedro. Introdução à Metodologia da Ciência. São Paulo: Atlas, 2013.

RAMPAZZO, Lino. Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 8ª ed. São Paulo/SP: Atlas, 1991.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23ª ed. Ver. E atual. São Paulo: Cortez, 2007.

## 11 Facções Criminosas e o Dilema do Encarceramento no Brasil

Fundamentos da execução penal. Sistemas de Execução Penal. O sistema jurídico brasileiro de execução penal. Conflitos no sistema prisional: risco do apenado (fortuitos e culposos), rebelião e motins, greve de fome, o direito de resistência. A jurisdicionalização da execução: o papel do judiciário na execução penal. Surgimento e avanço das facções criminosas. Principais facções criminosas brasileiras. Mecanismos de controle.

### Bibliografia

AMORIM, Carlos. Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado. Rio de Janeiro: Record, 1995.

AMORIM, Carlos. Comando Vermelho e PCC: A Irmandade do Crime. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2004.

CALDEIRA, César (1998), "Políticas de Segurança Pública no Rio de Janeiro. Apresentação de um debate público". In Arché Interdisciplinar. Rio de Janeiro: Faculdade Integradas Cândido Mendes, ano VII, n. 19

ESPÍRITO SANTO, Lúcio Emílio e MEIRELES, Amauri. Entendendo nossa Insegurança. 1º edição – Belo Horizonte: Instituto Brasileiro de Policiologia, 2003.

PAIXÃO, Antônio Luiz (1994). "Problemas Sociais e Políticas Públicas de Controle da Criminalidade", in Drogas e Cidadania: Repressão ou Redução de Riscos. São Paulo: Brasiliense.

PEREIRA, Eduardo Godinho. "A repressão ao tráfico de drogas ilícitas e sua relação com a oscilação dos registros de eventos de defesa social roubo à mão armada, na área do 13º Batalhão de Polícia Militar no período de 2005 e 2006. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar. 2007.

## 12 Governança no Setor Público e Controles Internos

Controles internos: princípios, conceitos e tipologias. Auditoria de Fraude. Auditoria interna como suporte à governança. Modelos de referência para análise de risco e avaliação de controles internos (COSO e ISO 31000-2009). Diretrizes da Intosai para controles internos e gerenciamento de riscos no setor público. Estudos de casos de avaliação de controles internos e gestão de risco: em nível de entidade, processos, sistemas e transações.

### Bibliografia

Referencial de Combate à Fraude e Corrupção: aplicável a órgãos e entidades da Administração Pública. TCU, Brasília, 2017.

Referencial Básico de Governança: aplicável a órgãos e entidades da Administração Pública. TCU, Brasília, 2017 (2ª edição).

Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas. TCU, Brasília, 2014.

Referencial para Avaliação da Governança do Centro de Governo TCU, Brasília, 2016.

Avaliação de Controles Internos (COSO).

## 13 Atividade de Inteligência I e II

Fundamentos Doutrinários. Inteligência: elementos de inteligência, fontes de inteligência, processo de formação da inteligência, operações de inteligência, inteligência de sinais e cibernética. contrainteligência: medidas preventivas, medidas reativas, segurança da informação e das comunicações e gerenciamento de crises. Estrutura do serviço de inteligência e contrainteligência. Atuação da atividade de inteligência no estado democrático. Política nacional de inteligência.

### Bibliografia

BRASIL. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999.

BRASIL. DECRETO Nº 8.793, DE 29 DE JUNHO DE 2016

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

ALMEIDA NETO, Wilson Rocha de. Inteligência e contra-inteligência no Ministério Público. Belo Horizonte: Dictum, 2009

Barbeiro, Heródoto. O Relatório da Cia - Como Será o Mundo Em 2020. Ediouro, 2006.

CARDOSO JÚNIOR, Walter Felix. Inteligência empresarial estratégica. Método de implantação de inteligência competitiva em organizações. 2. ed. rev. Brasília: EGGCF Editora, 2007.

CEPIK, Marco A. C. Espionagem e democracia. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

CEPIK, Marco A. C. Inteligência e Políticas Públicas: dinâmicas operacionais e condições de legitimação. Security and Defense Studies Review, vol. 2, nº 2, Winter 2002.

GONÇALVES, Joanival Brito. SED QUIS CUSTODIET IPSO CUSTODES? O controle da atividade de inteligência em regimes democráticos: os casos de Brasil e Canadá. 2008. 837p. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MACHADO, Marcelo Pataro. O planejamento estratégico da atividade de inteligência, utilizando o método da Escola Superior de Guerra e sua importância para o atingimento dos objetivos nacionais. Bahia: ADESG-BA, 2014.

MENDES, Andréa; MARCIAL, Elaine; FERNANDO, Fernando. Fundamentos da Inteligência Competitiva, ed. Thesaurus, ed. 2010. PASSOS, Alfredo. Inteligência competitiva: como fazer IC acontecer na sua empresa. São Paulo: LCTE, 2005.

PLATT, Washington. A produção de informações estratégicas. Trad. Capitão Heitor Aquino Ferreira e Major Álvaro Galvão Pereira. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1974.

## 14 Contabilidade Forense

Contabilidade Pública: conceituação, abrangência, exigências atuais. O Patrimônio da entidade pública. Atos e fatos no setor público que provocam registros contábeis. Controles contábeis: escrituração, levantamento de balancetes e balanços. Principais demonstrativos contábeis do setor público. Contabilidade Forense (Jurídica ou investigativa): finalidade e aplicação prática. Procedimentos de coleta das informações contábeis que auxiliam nas investigações de crimes praticados contra o patrimônio público. Coleta de informações utilizando sistemas de informações gerenciais. Casos práticos.

### Bibliografia

CARDOSO, Fernando Nazareth. Contabilidade Forense: Incipiência ou Insipiência. 2008.

HUATUCO, Ivett Gisely Bravo. Contabilidade Forense. 2007.

LOPES, Jorge; RIBEIRO FILHO, José Francisco; PEDERNEIRAS, Marclei de (Org.). Educação contábil: tópicos de ensino e pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade forense. In: LOPES, Jorge; RIBEIRO FILHO, José Francisco; PEDERNEIRAS, Marclei de (Org.). Educação contábil: tópicos de ensino e pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

## 15 Colaboração Premiada – Módulo II – Abordagens Práticas

Visão crítica: sob a ótica analítica das principais críticas dirigidas ao instituto, principalmente quanto à sua constitucionalidade e sua eticidade, e também os posicionamentos que defendem sua utilização. A partir dos argumentos contra e a favor; fornecimento de informações essenciais à desarticulação de grupos de delinquência organizada ou capazes de evitar a consumação do delito ou realização de outros. Estudo de caso: transformando teoria em prática.

### Bibliografia

LIMA, Márcio Barra, A colaboração premiada como instrumento constitucionalmente legítimo de auxílio à atividade estatal de persecução criminal. In: CALABRICH, Bruno. FISCHER, Douglas. PELELLA, Eduardo. Garantismo Penal Integral: questões penais e processuais, criminalidade moderna e a aplicação do modelo garantista no Brasil. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2010.

ABUJAMRA, Rafael. Delação Premiada. In: MESSA, Ana Flávia; CARNEIRO, José Reinado Guimarães (coord.). Crime Organizado. São Paulo: Saraiva, 2012.

ENCCLA. Manual Colaboração Premiada. ENCCLA 2013. Versão de 24-09-2013. Aprovado pela Ação nº 9.

FALCONE, Giovanni; PADOVANI, Marcello. Cosa Nostra. O juiz e os "Homens de Honra". Tradução: Maria D. Leite. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1993.

## 16 Avanços na Possibilidade de Investigação nos Casos de Organização Criminosa - Transformando Teoria em Prática - Módulo I e II

Da teoria a prática: Interseções entre criminalidade organizada, lavagem de dinheiro e corrupção. Investigação criminal e ação penal: a persecução criminal. Meios especiais de obtenção de provas. Aspectos transnacionais na investigação criminal. Logística e investigação. Recursos em informática. Recursos humanos. Gestão da investigação criminal. Medidas cautelares reais. Medidas cautelares pessoais. Estudos de caso sobre a Operação Lava Jato.

### Bibliografia

#### BÁSICA:

ANSELMO, Márcio Adriano. Colaboração Premiada: o novo paradigma do processo penal brasileiro. São Paulo: Mallet, 2016.

BARBACETTO, Gianni. GOMEZ, Peter. TRAVAGLIO, Marco. Operação Mãos Limpas. Porto Alegre, CDG, 2016.

CHEMIM, Rodrigo. Mãos Limpas e Lava Jato – a corrupção se olha no espelho. Porto Alegre: Citadel, 2017.

DEZEM, Guilherme Madeira. Da prova penal – Tipo processual, provas típicas e atípicas. Campinas: Millenium, 2008.

DIPP, Gilson Langaro. A Delação ou Colaboração Premiada: uma análise do instituto pela interpretação da lei. Brasília: IDP, 2015.

GOMES FILHO, Antonio Magalhaes. Direito à prova no processo penal. São Paulo: RT, 1997. Cap. IV. Limites ao direito à prova: admissibilidade, pertinência e relevância.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a terminologia da prova (reflexos no processo penal brasileiro). In: YARSHELL, Flavio Luiz. MORAES, Maurício Zanoide de. Estudos em homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover. São Paulo: DPJ, 2005, p. 303-318.

GOMEZ, Peter. TRAVAGLIO, Marco. BARBACETTO, Gianni. Operação Mãos Limpas – a verdade sobre a operação italiana que inspirou a lava jato. São Paulo: Citadel, 2016.

NETTO, Vladimir. Lava Jato: o juiz Sérgio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil. São Paulo: Sextante, 2016.

PADUAN, Roberta. Petrobras: uma história de orgulho e vergonha. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.

PRAÇA, Sérgio. Guerra à Corrupção: lições da lava jato. São Paulo: Evora, 2017.

SANNINI NETO, Francisco; CASTRO, Henrique Hoffman Monteiro de. Delegado de polícia tem legitimidade para celebrar colaboração premiada. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2016-mar-04/delegado-legitimidade-celebrar-colaboracao-premiada>> Acesso em 03 mai. 2016.

SANNINI NETO, Francisco. Colaboração Premiada e a Atividade De Polícia Judiciária. Disponível em <<http://canalcienciascriminais.com.br/artigo/colaboracao-premiada-e-a-atividade-de-policia-judiciaria/>> Acesso em 17 mai. 2016.

SOARES, Gustavo Torres. Investigação criminal e inovações técnicas e tecnológicas: perspectivas e limites. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2015. COMPLEMENTAR:

ARANHA. Adalberto Jose Q. T. de Camargo. Da Prova no Processo Penal. 7ª edição. São Paulo: Saraiva, 2006.

BORGES, Paulo César Correa. O Crime Organizado. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

GARCÍA DE PAZ, Isabel Sanchez. El coimputado que colabora com la justicia penal – com atención a las reformas introducidas em la regulación española por las Leys Organicas 7/ y 15/2003. Revista Electronica de Ciencia Penal y Criminologia. 07-05, 2005, p. 3-4.

GRANZINOLLI, Cassio M. M. A Delação Premiada. Lavagem de dinheiro. In: BALTAZAR JUNIOR, José Paulo; MORO, Sérgio Fernando. Comentários à lei pelos juizes das varas especializadas em homenagem ao Ministro Gilson Dipp. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 145-167.

GRINOVER, Ada Pellegrini. O Crime Organizado no Sistema Italiano. Revista Brasileira de Ciências Criminas. Ano 3, n. 12, São Paulo, RT, out./dez. 1995, p. 76-86.

MENDRONI, Marcelo Betlouni. Crime Organizado: aspectos gerais e mecanismos legais. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.

MINGARDI, Guaracy. O Estado e o crime organizado. Boletim IBCCRIM, São Paulo, n. 21, p.03, set. 1994.

MORO, Sérgio Fernando. Crime de lavagem de dinheiro. São Paulo: Saraiva, 2010.

PONTES, Jorge. Corrupção sistêmica institucionalizada. Disponível em <http://oglobo.globo.com/opiniao/corruptao-sistematica-institucionalizada-14905059>. Acesso em 20 jun. 2016.

SÉRGIO SOBRINHO, Mário. O crime organizado no Brasil. In: FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião; MORAES, Maurício Zanoide de (coord.). Crime organizado: aspectos processuais. São Paulo: RT, 2009.

SILVA, Eduardo Araujo da. Organizações Criminosas. Aspectos penais e processuais da lei nº 12.850/13. São Paulo: Atlas, 2014.

VASCONCELLOS, Vinícius Gomes de. Barganha e Justiça Criminal Negocial: análise das tendências de expansão dos espaços de consenso no processo penal brasileiro. São Paulo: IBCCRIM, 2015.

\_\_\_\_\_. Colaboração premiada no Processo Penal. São Paulo: RT, 2017.

#### Filme:

Polícia Federal – Lei para todos - País de Origem: Brasil - Gênero: Policial. Tempo de Duração: 107 minutos - Ano de Lançamento: 2017 - Estúdio/Distrib: Paris Filmes - Direção: Marcelo Antunez. Sinopse: Inspirado em fatos reais sobre a Operação Lava-Jato, uma série de investigações sobre a corrupção no Brasil, desde o início do processo até a condução coercitiva do ex-presidente Lula. Marcelo Serrado interpreta o juiz Sérgio Moro.



## 17 Direito Comparado

Legislação americana e europeia a respeito de Lavagem de Dinheiro e combate à Corrupção. Tratamento penal aos casos de corrupção e organização criminosa. Casos simbólicos relativos à corrupção e organização criminosa (Caso Madoff; Operação Mãos Limpas e outros).

## Bibliografia

ANCEL, Marc. Utilidade e Métodos do Direito Comparado (Elementos de introdução geral ao estudo comparado dos direitos). Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1980.

CRETELLA JÚNIOR, José. Direito administrativo comparado. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

DANTAS, Ivo. Direito constitucional comparado. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

GUTTERRIDGE, H. C. El Derecho comparado – introducción al método comparativo en la investigación y en el estudio del derecho. Barcelona: Artes Gráficas Rafael Salvá, 1954.

RIVERO, Jean. Curso de direito administrativo comparado. São Paulo: RT, 1995

## 18 Orientação e Monografia

Elaboração de monografia, de acordo com as regras da ABNT. Mostra das pesquisas produzidas, relativos aos trabalhos de conclusão de curso a serem avaliados para fins de aprovação final no curso.

## Bibliografia

SCHLITTLER, José Maria Martins. Como Fazer Monografias. Campinas, SP: Servanda Editora, 2008.

ECCO, Umberto. "Como se faz uma Tese". 13ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 2007.

LEITE, Eduardo de Oliveira. A Monografia Jurídica. Porto Alegre, RS: Safe, 1995.